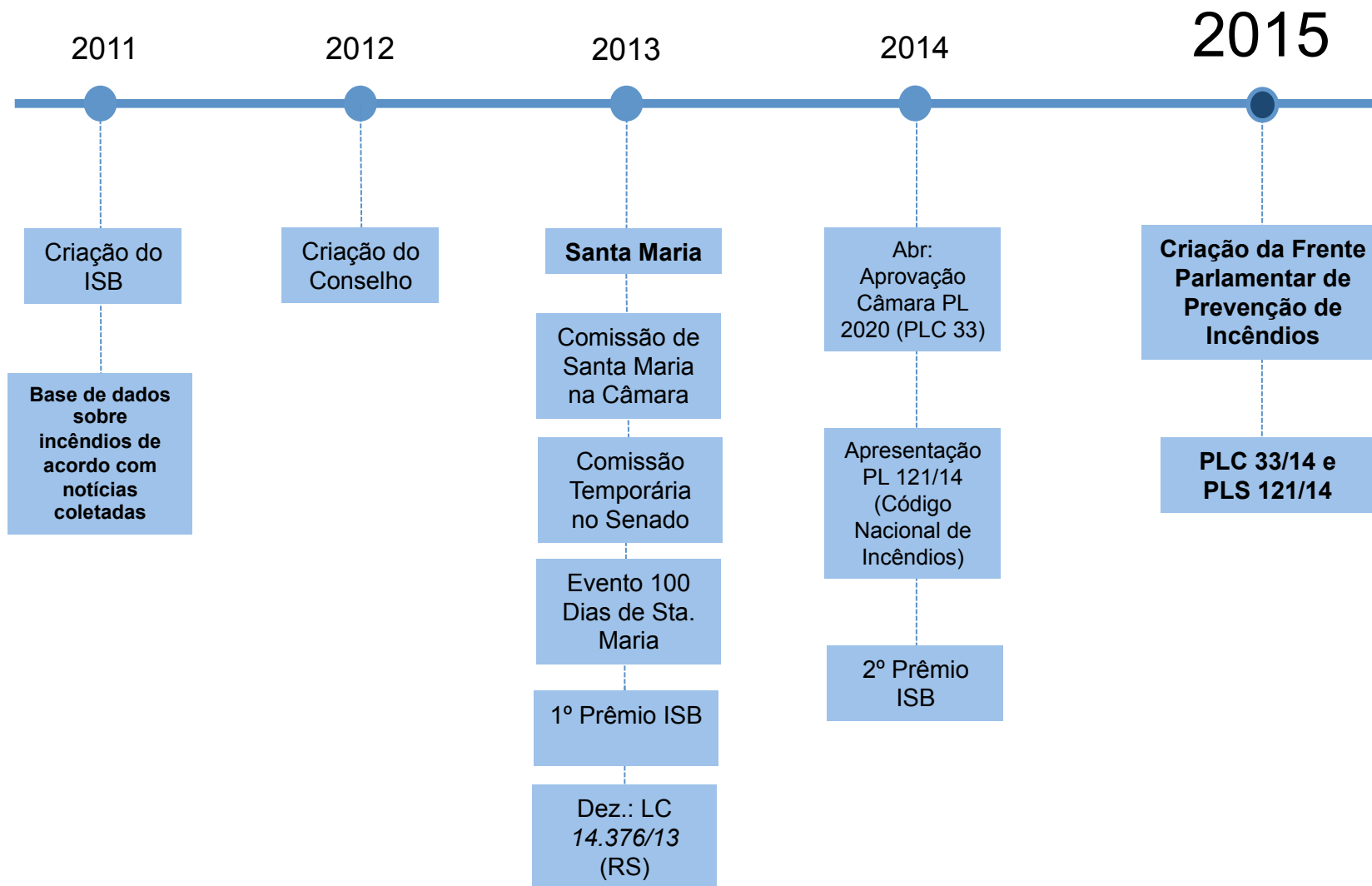


Linha do Tempo ISB



Atividade legislativa estadual 2013-2014

Entre 2013 e meados de 2014, as Assembleias Legislativas dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul apresentaram **39 projetos** de lei buscando alterações nas legislações estaduais de incêndio.

Rio Grande do Sul

Aprovação da Lei Complementar nº 14.376/13 (Lei “Kiss”), que prevê, dentre outras medidas, a instalação de sprinklers para:

- a) boates e casas de shows com lotação superior a 200 pessoas;
- b) hotéis a partir de 23 m de altura;
- c) shopping centers com área superior a 750 m² e a partir de 12 m de altura;
- d) supermercados, lojas de departamento, dentre outros estabelecimentos comerciais, com área superior a 750 m² e a partir de 12 m de altura;
- e) indústrias onde há alto risco de incêndio e que tenham área superior a 750 m² e altura a partir de 12 m;
- f) depósitos com risco médio e alto de incêndios, com área a partir de 750 m² e altura superior a 12 m.

Decreto nº 51.803 de 10/09/14

Regulamenta a Lei do RS após polêmica com as licenças provisórias e Adin proposta pelos municípios.

a) A Regulação já considera as alterações trazidas pela Lei 14.555 de 02 de Julho de 2014 ao texto da Lei Kiss.

b) As alterações ocorreram após grande resistência por parte de prefeitos gaúcho que criticavam o rigor das novas disposições quanto ao processo de emissão de alvarás de funcionamento para novos empreendimentos.

c) De acordo com a Federação das Associações de Municípios do RS (Famurs), 30 mil licenças ficaram trancadas no estado devido ao rigor na liberação de construções trazidos pela vigoração da lei.

d) Atualmente, fica permitida a expedição de alvará provisórios para locais com baixo nível de risco de incêndio. O Decreto regulamentar estabelece os prazos de adequação das edificações e áreas de risco e descreve as penalidades e infrações em caso de descumprimento das obrigações.

PLC 24/2014 ALESP

De autoria do Executivo, o PLC institui o Código Estadual de Proteção Contra Incêndios e Emergências e dá providências correlatas.

A medida decorre de estudos realizados no âmbito da Secretaria de Segurança Pública.

O PLC tramita em regime de urgência e consta na ordem do dia. Aparentemente, há interesse na aprovação do PLC. A Assembleia pode, com esforços unidos, aprovar o PLC na frente de outras proposições.

O ISB é favorável ao PLC e participará de reuniões com os deputados estaduais, Pedro Tobias e Fernando Capez, relatores do projeto, para atuação positiva.

PLC 33/14 (PL 2020/07 – Comissão de Santa Maria, presidida pelo deputado Paulo Pimenta)

Aprovação, em abril de 2014, pela Câmara dos Deputados, do PL 2020/07, que atualmente tramita no Senado Federal como PLC 33/14, e que estabelece medidas de prevenção de incêndios em área de reunião de público. Dentre as medidas de segurança previstas na proposta, encontram-se os “sistemas preventivos de aspersão automática de combate a incêndio”.

PLS 121/14 (Senadora Ana Amélia)

Apresentada pela senadora Ana Amélia (PP-RS) em abril deste ano, a proposta cria regras gerais sobre segurança contra incêndio e pânico.

O ISB tem trabalhado junto ao gabinete da senadora e demais parlamentares com vistas a aprimorar o texto do projeto. Algumas das sugestões encaminhadas são:

- a) A transparência na edição de normas e regulamentos sobre incêndios em todo Brasil, seja no âmbito dos Poderes Legislativos, seja no âmbito dos Poderes Executivos e Corpos de Bombeiros.
- b) Assegurar a participação da sociedade na edição dessas normas;
- c) A inspeção anual dos sistemas de prevenção de combate a incêndios existentes nas ocupações, de forma com que sejam asseguradas as condições de uso e adequabilidade desses sistemas;
- d) A participação de empresas no processo de vistoria da adequabilidade da instalação e do funcionamento efetivo dos mecanismos de prevenção e combate a incêndios.

Frente Parlamentar de Prevenção de Incêndios no Congresso Nacional

A Frente Parlamentar é uma associação suprapartidária formada por pelo menos 1/3 (171 deputados ou 27 senadores) de deputados e/ou senadores e tem por objetivo promover o aprimoramento da legislação federal sobre um determinado setor da sociedade.

Nosso objetivo específico com a criação dessa frente será manter a temática “prevenção de incêndios” na pauta das deliberações parlamentares de forma permanente. Já temos 116 assinaturas coletadas, a maioria de deputados federais.

Proposições em outras casas legislativas após a tragédia de Santa Maria

Assembleia Legislativa de São Paulo

Projeto de Lei nº 3/2013: Dispõe sobre medidas de segurança e proíbe o uso de shows pirotécnicos, fogos de artifícios e equipamentos/itens similares, além de efeitos especiais que possam trazer riscos de incêndio nos locais que especifica, em todo o Estado. (Autor: Alexandre da Farmácia – PP/SP)

Projeto de Lei nº 5/2013: Obriga os estabelecimentos civis destinados à formação de bombeiro civil a obter prévia habilitação pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado. (Autor: Pedro Tobias – PSDB/SP) - **Lei nº 15.180, de 23 de outubro de 2013.**

Projeto de Lei nº 15/2013: Torna obrigatória a utilização de espuma de isolamento acústico antichamas nos recintos fechados de estabelecimentos que realizam shows, como restaurantes, casas noturnas, buffets e similares, com aglomeração superior a 200 pessoas. (Autor: Sebastião Santos – PRB/SP)

Projeto de Lei nº 70/2013: Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de atendimento médico ou unidade médica móvel em danceterias localizadas no Estado. (Autor: Jooji Hato – PMDB/SP)

Projeto de Lei nº 108/2013: Veda o ingresso e o uso de sinalizadores pirotécnicos em estádios de futebol e outros locais de concentração de pessoas. (Autor: Ana do Carmo – PT/SP)

Projeto de Lei nº 401/2013: Dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de bombeiros civis de acordo com o dimensionamento mínimo explicitado na ABNT NBR 14608:2007. (Autor: José Bittencourt – PSD/SP)

Projeto de Lei nº 875/2013: Obriga à disponibilização de máscaras de proteção pessoal em edifícios públicos e

Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

Projeto de Lei nº 2336/2013: Proíbe a utilização de artefatos de efeitos pirotécnicos em ambientes fechados e dá outras providências (Autor: Bebeto – Solidariedade/RJ)

Projeto de Lei nº 1915/2013: Estabelece placas indicativas da capacidade máxima de público e da quantidade de público presente em casas de diversões públicas noturnas no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. (Autor: Alexandre Correa – PRB/RJ)

Projeto de Lei nº 2458/2013: Altera a Lei nº 3.556, de 03 de Maio de 2001, na forma que menciona (“É obrigatória a contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para os frequentadores de eventos culturais, esportivos e recreativos, desde que seja cobrado o ingresso ou entrada, bem como para os frequentadores de casas noturnas, boates, restaurantes e outros estabelecimentos destinados a realização de espetáculos, festas, shows, bailes, apresentações e eventos de qualquer porte em recinto fechado, inclusive destinados ao público infantil.”) (Autor: Átila Nunes – PSL/RJ)

Projeto de Lei nº 2961/2014: Determina que casas noturnas, boates e congêneres adote plano de emergência em casos de incêndio ou pânico, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro (Autor: Lucinha – PSDB/RJ)

Projeto de Lei nº 1930/2013: Proíbe a utilização de artefatos pirotécnicos ou fogos de artifício em ambientes fechados, na forma que menciona (Autor: Átila Nunes – PSL/RJ)

Projeto de Lei nº 1914/2014: Estabelece novos sistemas de segurança contra incêndio e pânico em casas de diversões públicas no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. (Autor: Alexandre Correa – PRB/RJ)

Projeto de Lei nº 1965/2013: Torna obrigatória a contratação de seguro contra incêndio e seguro de eventos por boates, casas noturnas e estabelecimentos similares, na forma que menciona. (Autor: Átila Nunes – PSL/RJ)

Projeto de Lei nº 2306/2013: Obriga os poderes executivos municipais a notificarem ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro sempre que estabelecimentos comerciais alterem a natureza de sua

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

Projeto de Lei nº 1/2013: Acrescenta o artigo 1- A na Lei nº 10.987, de 12 de agosto de 1997, que estabelece normas sobre sistema de prevenção e proteção contra incêndios, dispõe sobre a destinação e taxa de serviços especiais não emergenciais do Corpo de Bombeiros e dá outras providências. (Autor: Adão Villaverde – PT/RS)

Projeto de Lei nº 10/2013: Introduce alterações na Lei nº 10.987, de 11 de agosto de 1997, para exigir a implementação e funcionamento do plano de prevenção e proteção contra incêndio, aprovado pelo Corpo de Bombeiros da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. (Autor: Valdeci Oliveira – PT/RS)

Projeto de Lei nº 28/2013: Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes, quadros informativos ou afins, nos estabelecimentos comerciais no âmbito do Rio Grande do Sul, com informações relativas ao Alvará de Funcionamento, Alvará de Licença Sanitária, Plano de Prevenção contra Incêndio (PPCI) e dá outras providências. (Autor: Miki Breier – PSB/RS)

Projeto de Lei nº 36/2013: Dispõe sobre o emprego de bombeiros civis no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul em locais fechados, de grande concentração de pessoas ou em locais de risco, conforme termos estabelecidos na presente Lei e dá outras providências. (Autor: Nelsinho Metalúrgico – PT/RS)

Projeto de Lei nº 142/2013: Dispõe sobre obrigatoriedade da instalação de helinontos

Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Projeto de Lei nº 4142/2013: Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de unidade de prevenção e combate a incêndio e prestação de primeiros socorros, composta por bombeiro profissional civil, nos estabelecimentos que menciona e dá outras providências. (Autor: Gilberto Abramo – PRB/MG)

Projeto de Lei nº 3810/2013: Estabelece placas indicativas da capacidade máxima de público e da quantidade de público presente em casas de diversões públicas noturnas no Estado de Minas Gerais e dá outras providências (Autor: Leonardo Moreira – PSDB/MG)

Projeto de Lei nº 3766/2013: Dispõe sobre as medidas de segurança e proíbe a realização de shows pirotécnicos e o uso de fogos de artifícios, sinalizadores e equipamentos similares que possam trazer riscos de incêndio nos locais que especifica, no Estado. (Autor: Mário Henrique Caixa – Pcdob/MG)

Projeto de Lei nº 3744/2013: Proíbe a utilização de artefatos pirotécnicos e inflamáveis em estabelecimentos fechados de uso coletivo tais como cinemas, teatros, casas de “shows” e de espetáculos em geral no Estado e dá outras providências. (Autor: Tadeu Martins Leite – PMDB/MG)

Projeto de Lei nº 3739/2013: Dispõe sobre a proibição do uso de materiais perigosos em casas noturnas e similares no Estado e dá outras providências. (Autor: Maria Resende – PSDB/MG)

Projeto de Lei nº 3736/2013: Acrescenta parágrafo ao Art. 2 da Lei nº 14130, de 19/12/2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado e dá outras providências. (Autor: Gustavo Perrella – PDT/MG)

Projeto de Lei nº 3724/2013: Dispõe sobre a proibição do uso de fogos de artifício e sinalizadores e sobre a realização de “shows” pirotécnico com produtos inflamáveis ou com fogos e similares em estabelecimentos promoventes de eventos no Estado e dá outras providências. (Autor: Luiza Ferreira – PPS/MG)

Projeto de Lei nº 3723/2013: Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos de frequência coletiva em ambientes fechados afixarem cópia do laudo de vistoria do corpo de bombeiros militar do Estado e